

GA Guarulhos Locação de Espaços S/A

CNPJ: 19.757.276/0001-47

**Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2023**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações dos resultados	8
Demonstrações dos resultados abrangentes	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12







GA Guarulhos Locação de Espaço S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores em milhares de Reais, exceto quando indicado)

	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	166	1.057
Contas a receber de clientes	4	254	178
Tributos a recuperar	5	377	106
Outros ativos circulantes	6	115	644
Total do ativo circulante		912	1.985
Ativo não circulante			
Propriedades para investimentos	7	27.500	24.543
Imobilizado e Intangível	8	41	47
Ativo fiscal diferido	14	-	523
Total do ativo não circulante		27.541	25.113
Total do ativo		28.453	27.098

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GA Guarulhos Locação de Espaço S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores em milhares de Reais, exceto quando indicado)

	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Passivo circulante			
Fornecedores	9	105	139
Obrigações trabalhistas	10	58	60
Obrigações tributárias	11	211	229
Outros passivos	12	28	47
Provisões para contingências	13	-	269
Partes relacionadas	21	28	16
Total do passivo circulante		430	760
Passivo não circulante			
Passivo fiscal diferido	14	240	-
Provisões para contingências	13	207	-
Total do passivo não Circulante		447	-
Patrimônio líquido			-
Capital social	15	24.201	24.201
Reserva de Lucros		3.375	2.137
Total do patrimônio líquido		27.576	26.338
Total do Passivo e Patrimônio líquido		28.453	27.098

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GA Guarulhos Locação de Espaço S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores em milhares de Reais, exceto quando indicado)

	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Receita líquida	16	3.523	3.099
Custos operacionais	17	(682)	(984)
Lucro bruto	-	2.841	2.115
Despesas operacionais	18	(598)	(342)
Resultado de ajuste a valor justo de propriedades para investimento	7	2.185	(4.508)
Depreciação e Amortização	8	(15)	(13)
Outras receitas / (despesas)	19	407	181
Lucro / (Prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	-	4.820	(2.567)
Receitas financeiras	20	169	83
Despesas financeiras	20	(41)	(1)
Resultado financeiro líquido	-	128	82
Lucro / (Prejuízo) antes dos impostos	-	4.948	(2.485)
Imposto de renda e contribuição social correntes	14	(472)	(376)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	<u>(763)</u>	<u>2.589</u>
Lucro / (Prejuízo) líquidos dos exercícios	-	<u>3.713</u>	<u>(272)</u>
Lucro / (Prejuízo) por ação		<u>0,1534</u>	<u>(0,0112)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GA Guarulhos Locação de Espaço S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores em milhares de Reais, exceto quando indicado)

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro / (Prejuízo) dos exercícios	3.713	(272)
Outros componentes do resultado abrangente	<u>-</u>	<u>-</u>
Total do resultado abrangente dos exercícios	<u>3.713</u>	<u>(272)</u>

GA Guarulhos Locação de Espaço S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores em milhares de Reais, exceto quando indicado)

	Capital social	Reserva de retenção de lucros	Reserva Legal	Lucros / Prejuízos Acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2021	24.201	2.409	-	-	26.610
Prejuízo do exercício	-	-	-	(272)	(272)
Absorção de prejuízos	-	(272)	-	272	-
			-		
Saldos em 31 de dezembro de 2022	24.201	2.137	-	-	26.338
Lucro do exercício	-	-	-	3.713	3.713
Dividendo obrigatório	-	-	-	(883)	(883)
Distribuição de dividendos	-	-	-	(636)	(636)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	(956)	(956)
Constituição de Reserva Legal	-	-	186	(186)	-
Retenção de lucros	-	1.052	-	(1.052)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	24.201	3.189	186	-	27.576

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GA Guarulhos Locação de Espaço S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores em milhares de Reais, exceto quando indicado)

	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Lucro / (Prejuízo) líquidos dos exercícios	3.713	(272)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas		
Depreciação e amortização	15	13
Ajuste a valor justo de propriedades para investimento	(2.185)	4.564
Provisão para perdas esperadas	(1)	5
Provisões para contingências	(62)	-
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	1.235	(2.213)
Total	2.715	2.097
Variações nos ativos e passivos		
Decréscimo/ (acrécimo) em ativos:		
Contas a receber de clientes	(75)	54
Tributos a recuperar	(271)	(92)
Outros ativos circulantes	11	(14)
(Decréscimo)/ acréscimo em passivos:		
Fornecedores	(34)	82
Obrigações trabalhistas	(2)	3
Obrigações tributárias	166	106
Pagamento de demandas judiciais	-	(56)
Outros passivos circulantes	(19)	(9)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	2.491	2.171
Impostos pagos sobre o lucro	(656)	(320)
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	1.835	1.851
Fluxo de caixa das atividades de investimento:		
Adições a propriedades de investimento	(772)	(983)
Adições ao imobilizado e intangível	(9)	(8)
Fluxo de caixa líquido (utilizado) nas atividades de investimento	(781)	(991)
Fluxos de caixa de atividades de financiamento:		
Dividendos pagos	(1.518)	-
Dividendos antecipados	519	(519)
Juros sobre capital próprios	(956)	
Mútuos com partes relacionadas	10	(20)
Fluxos de caixa líquido (utilizado) pelas atividades de financiamento	(1.945)	(539)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(891)	321
Caixa e equivalentes de caixa		
Saldo inicial do caixa e equivalentes de caixa	1.057	736
Saldo final do caixa e equivalentes de caixa	166	1.057
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(891)	321

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores em milhares de Reais, exceto quando indicado)

1 Contexto operacional

A Companhia GA Guarulhos Locação de Espaço S.A. está localizada na Avenida Monteiro Lobato, 1320, Macedo, Guarulhos, SP. A companhia foi constituída em 20 de fevereiro de 2014.

A Companhia tem por objeto a locação temporária de espaços individuais e privativos, destinados ao armazenamento de bens ou mercadorias, na modalidade de autosserviço, ou seja, com responsabilidade do locatário pela colocação, guarda, conservação ou retirada dos bens depositados, locação de salas e escritórios, venda de material de embalagens e armazenamento.

2 Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis

2.1 Base de apresentação

2.1.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram concluídas e aprovadas pela diretoria em 31 de março de 2024.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.1.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, todos os valores apresentados nestas demonstrações financeiras estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.1.3 Investimento em entidades contabilizados pelo método de equivalência patrimonial

Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas.

As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais.

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa deixar de existir.

As empresas investidas estão demonstradas abaixo:

Investida	Tipo	Participação	
		31/12/2023	31/12/2022
GA Campinas Amoreiras Locação de Espaço S.A.	Coligada	0,001	0,001

Em 31 de dezembro de 2023 o investimento na GA Campinas Amoreiras Locação de Espaço S.A. é próximo de zero, desta forma, em função da imaterialidade do saldo a administração optou por não realizar demais divulgações sobre esta investida.

2.2 Principais práticas contábeis aplicadas na elaboração das Demonstrações financeiras

2.2.1 Resultado do exercício

A receita de prestação de serviços é reconhecida por meio do regime de competência. As despesas são reconhecidas pelo regime de competência quando previsíveis e pelo regime de caixa quando imprevisíveis. Os custos de mercadorias vendidas são apurados pelo regime de competência.

2.2.2 Receitas e despesas financeiras

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

2.2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Inclui caixa, saldos positivos em conta movimento e aplicações financeiras sem risco de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras são representadas por certificados de depósitos bancários e operações compromissadas, ambas com liquidez diária, demonstradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos exercícios.

2.2.4 Propriedade para investimento

Propriedade para investimento é a propriedade (terreno ou edifício - ou parte de edifício - ou ambos) mantida (pelo proprietário ou pelo arrendatário em arrendamento financeiro) para auferir aluguel ou para valorização do capital ou para ambas, e não para: (a) uso na produção ou fornecimento de bem para finalidades administrativas; ou (b) venda no curso ordinário do negócio. Propriedade ocupada pelo proprietário é a propriedade mantida (pelo proprietário ou pelo arrendatário sob arrendamento financeiro) para uso na produção ou fornecimento de bens ou para finalidades administrativas.

As propriedades para investimentos são inicialmente registradas pelo respectivo custo de aquisição e subsequentemente ao reconhecimento inicial, a propriedade para investimento é avaliada pelo valor justo utilizando o método de Fluxo de Caixa Descontado ("FCD").

Alguns custos incorridos após a aquisição, construção ou produção de uma propriedade de investimento são capitalizados como parte do seu custo, quando aplicável.

2.2.5 Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado.

A Companhia revisa anualmente a vida útil estimada, valor residual e método de depreciação ou amortização dos bens do imobilizado no final de cada exercício social. As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Bens	Taxas depreciação
Móveis e utensílios	10,00%
Máquinas e equipamentos	10,00%
Computadores e periféricos	20,00%
Equipamentos de comunicação	10,00%

2.2.6 Intangíveis

(i) Reconhecimento e mensuração

Os ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e quando aplicável, das perdas por redução ao valor recuperável acumulado.

(ii) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam.

(iii) *Amortização*

A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no final de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. A vida útil estimada dos ativos intangíveis são as seguintes:

Bens	Taxas amortizações
Software	20,00%

2.2.7 *Demais ativos e passivos (circulantes e não circulantes)*

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros sejam gerados em favor da Companhia e se seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

2.2.8 *Imposto de renda e contribuição social*

A provisão para tributos sobre a renda está baseada no lucro tributável do exercício (“Lucro Real”). O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido da Companhia são calculados da seguinte forma:

Imposto de Renda Pessoa Jurídica: à alíquota de 15%, acrescida da alíquota de 10% para o montante de lucro tributável que exceder o valor de R\$ 240;

Contribuição Social sobre o Lucro Líquido: à alíquota de 9%.

(i) *Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente*

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) *Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido*

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base no plano de negócios da Companhia.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

2.2.9 *Ativos e passivos contingentes e obrigações legais*

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

- (i) ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis e possíveis são divulgados em nota explicativa;
- (ii) passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem classificadas pela administração e seus assessores jurídicos como prováveis ou possíveis, sendo provisionado o valor de 75% e 37,5% do valor da causa, respectivamente, desde que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como probabilidade de perda remota não são provisionados e nem divulgados; e
- (iii) obrigações legais são registradas como exigíveis, pois não dependem da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

2.2.10 *Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros (teste de impairment)*

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é efetuado o ajuste de impairment. Não houve registro de perdas decorrentes de redução de valor recuperável dos ativos tangíveis e intangíveis.

2.2.11 Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

Os ativos e passivos financeiros mantidos pela Companhia são classificados sob as seguintes categorias, nos casos aplicáveis ao custo amortizado e ao seu valor justo. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados.

Os contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado ou ao valor justo. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao valor justo. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia não reconhece um ativo financeiro quando:

- Os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou
- Transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que:
- Substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou
- A Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia não reconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também não reconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.2.12 *Ajuste a valor presente*

Os ativos e passivos monetários são sujeitos à avaliação do impacto de ajuste a valor presente no registro inicial da transação, levando em consideração os fluxos de caixa contratuais, a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos e as taxas praticadas no mercado para transações semelhantes. Subsequentemente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. A Companhia avalia periodicamente o efeito deste procedimento.

2.2.13 *Demonstrações dos fluxos de caixa*

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o Pronunciamento Contábil CPC 03 “Demonstração dos fluxos de caixa”, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

2.2.14 *Capital social*

(i) Ações ordinárias

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizadas conforme o CPC 32.

(ii) Adiantamentos para futuro aumento de capital

Adiantamentos para futuro aumento de capital são classificados no patrimônio líquido, uma vez que há cláusulas contratuais de não cancelamento ou devolução. Os valores aportados pelos acionistas são registrados como adiantamento para futuro aumento de capital, e posteriormente integralizados ao capital social, através de atos societários. Os termos de integralização consideram um valor fixo de adiantamento por uma quantidade fixa de ações.

2.3 *Uso de estimativas*

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

(i) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas na data da emissão do relatório que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 4.b** - Provisão para perdas de crédito esperadas: Valores de locações de espaços temporários a receber de clientes correspondentes aos contratos firmados junto à Companhia, apropriados conforme o regime de competência. Sua classificação é apresentada no circulante, pois o prazo de recebimento é inferior à um ano.

A Companhia adota as taxas abaixo para reconhecer as perdas dos títulos vencidos:

Taxa de perda estimada	%
De 0 – 120 dias	0%
Acima de 120 dias	100%
Acima de 180 dias	Perda

- **Nota explicativa nº 7** - Determinação do valor justo de propriedades para investimento: Ao mensurar o valor justo das propriedades para investimento, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos dessas propriedades são classificados como nível 3, ou seja, baseados em inputs, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis), cujo as premissas utilizadas estão detalhadas na nota explicativa nº 7.b.
- **Nota explicativa nº 13** - Reconhecimento e mensuração de provisões e provisão para processos judiciais: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos. Quando estes processos ocorrem, as provisões são constituídas para todos os riscos referentes aos processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos, conforme nota explicativa nº 13.

(ii) *Mensuração do valor justo*

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

O Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3 com reporte diretamente ao Diretor Financeiro.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos das normas CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- **Nível 1:** Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** Inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

- **Nível 3:** Inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Se os dados usados para mensurar o valor justo de um ativo ou passivo caem em diferentes níveis da hierarquia do valor justo, então a mensuração do valor justo é categorizada em sua totalidade no mesmo nível da hierarquia do valor justo que o dado de nível mais baixo que é significativo para toda a medição.

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia de valor justo no final do período de relatório durante o qual a mudança ocorreu.

2.4 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

- **Novos requerimentos atualmente em vigor**

A tabela abaixo apresenta a lista das recentes alterações nas Normas que estão em vigor:

Data efetiva	Novas normas ou alterações
1º de janeiro de 2023	Divulgações de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26) Definição de estimativa contábil (alteração ao CPC 23) Imposto diferido relacionado a ativos e passivos que surgem de uma única transação (alteração ao CPC 32)
23 de maio de 2023	Reforma tributária internacional – Regras modelo do pilar dois (alterações ao CPC 32)

A Empresa avaliou e não identificou nos assuntos acima aplicabilidade para seus negócios até 31 de dezembro de 2023.

- **Futuros requerimentos**

A tabela abaixo apresenta as alterações recentes nas normas que deverão ser aplicadas a partir de sua data efetiva. A adoção antecipada não é permitida para entidades que reportam de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, o que se aplica a esta Empresa.

Data efetiva	Novas normas ou alterações
1º de janeiro de 2024	Passivo de arrendamento em uma venda e leaseback (alterações ao CPC 06) Passivo não circulante com covenants e Classificação de passivos como circulante ou não circulante (alteração ao CPC 26)
1º de janeiro de 2025	Ausência de conversibilidade (alteração ao CPC 02)

3 Caixa e equivalentes de caixa

Conforme demonstrado a seguir, compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data de encerramento dos exercícios ou não possuem prazos fixados para seu resgate, sendo, portanto, de liquidez imediata, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor:

	2023	2022
Caixa e Bancos	166	417
Aplicações financeiras (a)	-	640
	166	1.057

- (a) As aplicações financeiras são remuneradas pela taxa de 70% a 99% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) no exercício findo em 31/12/2022 e são representadas por aplicações em CDBs, que permitem resgate antecipado. Não tivemos aplicações em 31/12/2023.

4 Contas a receber

As contas a receber de clientes são registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos:

	2023	2022
Contas a receber de clientes	126	68
Outras Contas a receber	134	117
(-) Provisão para Perdas Esperadas	(6)	(7)
	254	178

- (i) Grande parte deste saldo de 2023, no valor de R\$ 116, referem-se a valores a serem repassados a Companhia por emissoras de cartão, decorrente do pagamento feito por clientes usando cartão de crédito.

a. Composição dos saldos por prazo de vencimento:

	2023	2022
Valores vencidos	10	-
Valores a vencer		
De 01 a 30 dias	64	44
De 31 a 60 dias	25	10
De 61 a 120 dias	21	7
Acima de 121 dias	6	7
Total	126	68

b. Movimentação das provisões para perdas esperadas:

	2023	2022
Saldo inicial	(7)	(2)
Adições	(8)	(34)
Baixas	9	29
Total	(6)	(7)

A Companhia reconhece a provisão para perdas esperadas para itens em atraso a mais de 120 dias e a partir de 180, caso a inadimplência continue o contrato e baixado para perdas.

5 Tributos a recuperar

Os saldos a recuperar e compensar de impostos deriva da operação da Companhia (nota nº 1 contexto operacional), e são basicamente recuperados e compensados no mês a mês, os saldos acumulados nos anos de 2022 e de 2023 são os que seguem:

	2023	2022
IR s/aplicação financeira	34	1
PIS a recuperar	20	5
COFINS a recuperar	11	26
CSLL – base negativa	20	-
IRPJ – base negativa	61	-
CSLL pago a maior	81	20
IRPJ pago a maior	150	54
	377	106

6 Outros ativos circulantes

	2023	2022
Outros créditos	23	32
Adiantamento de fornecedores	92	93
Antecipação de dividendos	-	519
	115	644

7 Propriedades para investimentos

As propriedades para investimento são representadas por imóveis que são padronizados e utilizados para locação a pessoas físicas ou jurídicas para a guarda de bens na modalidade auto-serviço. Cada contrato tem um período inicial não revogável de 1 mês com o valor mensal do aluguel fixado por meio de contrato entre as partes. Renovações subsequentes são negociadas com os clientes ou são realizadas de forma automática, de acordo com a característica de cada contrato.

a. Mensuração do valor Justo

O Companhia adotou método do valor justo conforme pronunciamento técnico CPC 28 (Propriedade para investimento).

O valor justo das propriedades para investimento foi determinado por avaliador interno, com qualificação profissional adequada e reconhecida e experiência no ramo de self storage.

O avaliador calcula o valor justo da propriedade para investimento a cada três meses. A mensuração do valor justo da propriedade para investimento foi classificada como nível 3 na hierarquia de valor justo, cujo as premissas gerais estão detalhadas na nota explicativa nº 7.b. Abaixo a composição e movimentação das propriedades para investimento.

	2023	2022
Saldo Inicial	24.543	28.124
Aquisições/Benfeitorias	772	983
Ajuste a valor justo em propriedades para investimento	<u>2.185</u>	(4.564)
	<u>27.500</u>	24.543

b. Principais premissas utilizadas

Em 31 de dezembro de 2023, a estimativa do valor justo utiliza o Método de Fluxo de Caixa Descontado (“FCD”), cujo a projeção contempla os fluxos de caixa de 10 anos de operação e um valor terminal ao final do sétimo ano, utilizando uma taxa de capitalização de 13,6% (13,6% em 2021).

8 Imobilizado e Intangível

Os detalhes dos ativos imobilizados da Companhia estão demonstrados a seguir

Custo	Moveis e Utensílios	Máquinas e Equipamentos	Computadores e periféricos	Equipamentos de Comunicação	Software	Total
31 de dezembro de 2022	<u>66</u>	<u>31</u>	<u>18</u>	<u>31</u>	<u>30</u>	<u>176</u>
Adições	-	-	8	1	-	9
Baixas	-	-	-	-	-	-
31 de dezembro de 2023	<u>66</u>	<u>31</u>	<u>26</u>	<u>31</u>	<u>30</u>	<u>185</u>
Depreciação						
31 de dezembro de 2022	<u>(49)</u>	<u>(19)</u>	<u>(17)</u>	<u>(15)</u>	<u>(29)</u>	<u>(129)</u>
Depreciação do exercício	(7)	(3)	(1)	(3)	(1)	(15)
31 de dezembro de 2023	<u>(56)</u>	<u>(22)</u>	<u>(18)</u>	<u>(18)</u>	<u>(30)</u>	<u>(144)</u>
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2023	<u>10</u>	<u>9</u>	<u>8</u>	<u>14</u>	<u>-</u>	<u>41</u>
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2022	<u>17</u>	<u>12</u>	<u>1</u>	<u>16</u>	<u>1</u>	<u>47</u>

9 Fornecedores

	2023	2022
Fornecedores nacionais	12	59
Fornecedores nacionais - Seguros	93	80
	105	139

10 Obrigações trabalhistas

	2023	2022
Encargos sociais	1	7
Contribuições sociais	7	10
Provisão de férias e 13º salário	18	15
Provisão de bônus	32	28
	58	60

11 Obrigações tributárias

	2023	2022
ICMS a recolher	-	1
IRRF a recolher	2	2
COFINS a recolher	27	57
PIS a recolher	6	6
ISS Retido a recolher	2	-
INSS retido a recolher	4	4
CSLL/PIS/COFINS - 4.65	3	4
IR a recolher	47	114
CS a recolher	9	41
Parcelamento IRPJ e CSLL	111	-
	211	229

12 Outros passivos

	2023	2022
Adiantamento de clientes	3	21
Devolução de Cliente	3	3
Outras contas a pagar	22	23
	28	47

13 Provisões para contingências

A Companhia possui passivos contingentes relacionados a ações judiciais decorrentes do curso normal dos seus negócios. Não é esperada nenhuma exigibilidade relevante resultante dos passivos contingentes, além daqueles provisionados.

Todos os processos nos quais a Companhia figurar no polo passivo, são classificados pelo Escritório de Advocacia sob a visão de prognóstico de perda, com as seguintes definições e respectivas provisões sobre o valor:

- (a) Provável: a chance de um ou mais eventos futuros ocorrer é maior do que a de não ocorrer, com provisão no percentual de 75% (setenta e cinco por cento);
- (b) Possível: a chance de um ou mais eventos futuros ocorrer é menor que provável, mas maior que remota, com provisão no percentual médio de 37,5% (trinta e sete e meio por cento); e
- (c) Remoto: a chance de um ou mais eventos futuros ocorrer é muito pequena, percentual de provisão igual a zero.

A Companhia mantém provisão para riscos ambientais relacionados ao imóvel no qual possui operação, riscos estes devidamente mensurados por profissionais da área, cujos detalhes estão abaixo relacionados:

	2023	2022
Contingência ambiental	200	269
Contingência cíveis	7	-
Total	207	269

As movimentações das provisões para demandas judiciais estão demonstradas abaixo:

	2023	2022
Saldo inicial	269	325
Constituição	7	-
Baixa	(69)	-
Pagamentos	-	(56)
Saldo final	207	269

14 Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro

a. Valores reconhecidos no resultado do exercício

	31/12/2023	31/12/2022
Imposto de renda e contribuição social corrente		
Despesas do ano corrente	(472)	(376)
	<u>(472)</u>	(376)
Imposto de renda e contribuição social diferido		
Diferenças temporárias	(763)	2.589
	<u>(763)</u>	2.589
Total de imposto de renda das operações	<u>(1.235)</u>	2.213

b. Reconciliação de despesas fiscais e alíquota de imposto efetiva

	31/12/2023	31/12/2022
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	4.948	(2.485)
Alíquota nominal -	34%	34%
Impostos normais	<u>(1.682)</u>	<u>845</u>
Efeitos tributários sobre:		
Reconciliação adicional de 10% sobre o imposto de renda	(103)	(94)
Compensação prejuízo fiscal do exercício para qual não foi constituído ativo fiscal diferido	94	172
Diferença temporária	28	(29)
Reconhecimento de despesas temporárias dedutíveis anteriormente não reconhecidas	637	1.174
Juros sobre capital próprio	(235)	-
Constituição do imposto diferido ativo sobre prejuízo fiscal e diferenças temporárias	116	145
Imposto de renda e contribuição social correntes	<u>(472)</u>	<u>(376)</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>(763)</u>	<u>2.589</u>
Taxa efetiva	<u>24,97%</u>	<u>89,05%</u>

c. Ativos e passivos fiscais diferidos

(i) Saldo em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Os tributos diferidos passivos e ativos	2023	2022
Ativo		
Provisão de Bônus	11	17
Provisão para perdas esperadas	2	2
Provisão para perdas com causas judiciais	70	91
Provisões de auditoria	7	-
Ajuste a valor justo das propriedades para investimento (i)	-	413
Tributos diferidos ativos	90	523
Passivos		
Ajuste a valor justo das propriedades para investimento (i)	(330)	-
Tributos diferidos passivos	(330)	-
Total do diferido líquido	(240)	523

- (i) Os tributos diferidos referem-se à contabilização dos efeitos fiscais decorrentes da variação do valor justo da propriedade para investimento (“PPI”) detida pela empresa. A empresa revisa anualmente o valor justo da propriedade, controlando em contas contábeis os créditos ou passivos a recolher.

(ii) Movimentação do ativo e passivo fiscal diferido

	Saldo em 31 de dezembro de 2022	Reconhecido no resultado	Saldo em 31 de dezembro de 2023
Ajuste a valor justo de propriedade para investimento	413	(743)	(330)
Imposto passivo diferido	413	(743)	(330)
(-) Provisão de Bônus	17	(6)	11
(-) Provisão para perdas esperadas	2	-	2
(-) Provisão para perdas com causas judiciais	91	(14)	77
Imposto ativo diferido	110	(20)	(90)
Imposto ativo / (passivo) diferido líquido	523	(763)	(240)

	Saldo em 31 de dezembro de 2021	Reconhecido no resultado	Saldo em 31 de dezembro de 2022
Ajuste a valor justo de propriedade para investimento	(2.185)	2.598	413
Imposto passivo diferido	(2.185)	2.598	413
(-) Provisão de Bônus	9	8	17
(-) Provisão para perdas esperadas	-	2	2
(-) Provisão para perdas com causas judiciais	111	(19)	91
Imposto ativo / (passivo) diferido líquido	(2.065)	2.589	523

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Companhia possui ativos fiscais diferidos não constituídos, advindos do registro de prejuízos fiscais e créditos fiscais não utilizados. Abaixo a composição dos valores:

	2023	2022
Prejuízo fiscal / Base negativa	-	277

15 Patrimônio líquido

a. Capital Social

O capital social autorizado, subscrito e integralizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 24.200 (R\$ 24.200 em 31 de dezembro de 2022), composto por 24.200 ações ordinárias (24.200 quotas em 2022).

Em 31 de dezembro de 2023 a composição acionária é a seguinte:

Acionistas	Quantidade de ações	%	Valor
Guardaqui I Fundo de Invest. em Part. Multiestratégia	24.200	99,999	24.200
GA BH Pampulha Locação de Espaço S.A.	<u>1</u>	<u>0,001</u>	<u>1</u>
	24.200	100,00	24.200

b. Reserva de lucros

(i) Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Em 31 de dezembro de 2023 a reserva legal foi de R\$ 186. Em 2022 a Companhia também não constituiu reserva legal devido o prejuízo do exercício.

(ii) Reserva de retenção de lucros

É destinada à aplicação em investimentos previstos no orçamento de capital da Companhia, conforme proposta no orçamento previamente aprovado na assembleia geral.

Em 31 de dezembro de 2023 o saldo de reserva de retenção de lucros é de R\$ 3.189 (R\$ 2.137 de 31 de dezembro de 2022).

c. Dividendos

O estatuto social da Entidade determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do resultado do período ajustado na forma da Lei.

Em 31 de dezembro de 2023 a constituição de dividendos obrigatórios foi de R\$ 883, em de 2022 não houve a constituição de dividendos obrigatórios em função do prejuízo do exercício

d. Juros sobre capital próprio

Em 2023, a companhia realizou o pagamento de Juros sobre Capital Próprio (JCP) no valor de R\$ 956, não tendo efetuado pagamento correspondente no ano de 2022. A contabilização foi registrada no grupo de contas do Patrimônio Líquido, conforme exigido pelo capital social dela

16 Receita operacional líquida

	2023	2022
Vendas de mercadorias	13	13
Receitas com locações	3.871	3.405
Total	3.884	3.418
Deduções da Receita		
(-) ICMS	(2)	(3)
(-) COFINS	(295)	(260)
(-) PIS	(64)	(56)
Total	(361)	(319)
Total Receita líquida	3.523	3.099

17 Custos Operacionais

	2023	2022
Revenda de material	(4)	(34)
Despesa com pessoal	(294)	(212)
Auditoria	-	(196)
Publicidade e propaganda	-	(198)
Outros custos	(384)	(344)
	(682)	(984)

18 Despesas operacionais

	2023	2022
Prestação de serviço terceiros	(237)	(235)
Impostos, Taxas e contribuições	(88)	(92)
Despesas administrativas	(273)	(15)
	(598)	(342)

19 Outras receitas / (despesas)

	2023	2022
Despesas indedutíveis	177	13
Resultados não operacionais (i)	230	168
	407	181

- (i) A administração contratou a consultoria Sterling Corp. para fazer o levantamento dos tributos a recuperar/compensar, aos quais a Companhia tem o direito de ressarcimento, como benefício de tributos já recolhidos quando dos pagamentos das despesas e custos oriundos das atividades. Desta forma, o valor de R\$ 230 foi registrado a título de outras receitas para fazer frente este ressarcimento.

20 Resultado financeiro líquido

	2023	2022
Receita Financeira		
Juros de aplicação	138	66
Juros ativo	18	17
Descontos obtidos	13	-
	169	83
Despesas Financeiras		
Outras despesas financeiras	(41)	(1)
	(41)	(1)
Resultado financeiro Líquido	128	82

21 Partes relacionadas

a. Pessoal chave da administração

Parte relacionada é a pessoa ou a entidade que está relacionada com a entidade que está elaborando suas demonstrações contábeis, uma pessoa, ou um membro próximo de sua família está relacionada com a entidade que reporta a informação se: (i) tiver o controle pleno ou compartilhado da entidade que reporta a informação; (ii) tiver influência significativa sobre a entidade que reporta a informação; e (iii) for membro do pessoal chave da administração da entidade que reporta a informação ou da controladora da entidade que reporta a informação.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a Companhia não realizou operações com o pessoal chave da administração.

b. Outras partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia possuía a pagar para parte relacionada GA BR Matriz, o valor de R\$ 16, cujo valor não possuía vencimento ou correção monetária e foi decorrente de rateio de contas entre as empresas.

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia possuía a pagar para parte relacionada GA BR Matriz, o valor de R\$ 18, R\$ 4 para a BH Pampulha, R\$ 3 para Limão e R\$ 3 para Tatuapé cujo valor não possuía vencimento ou correção monetária e foi decorrente de rateio de contas entre as empresas.

22 Instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a Companhia possuía instrumentos financeiros quais sejam contas correntes e aplicações financeiras feitas com instituições devidamente reguladas pelo Banco Central do Brasil, contas a receber de clientes e fornecedores.

31 de dezembro de 2023	Custo amortizado	Passivo ao custo amortizado	Total 2023	Nível 2	Total 2023
Ativos, conforme o balanço patrimonial					
Caixa e equivalentes de caixa	166	-	166	166	166
Contas a receber	254	-	254	254	254
Passivo, conforme balanço patrimonial					
Fornecedores	-	105	105	-	105
Partes relacionadas	-	28	28	-	28
31 de dezembro de 2022	Custo amortizado	Passivo ao custo amortizado	Total 2022	Nível 2	Total 2022
Ativos, conforme o balanço patrimonial					
Caixa e equivalentes de caixa	1.057	-	1.057	1.057	1.057
Contas a receber	178	-	178	178	178
Passivo, conforme balanço patrimonial					
Fornecedores	-	139	139	-	139
Partes relacionadas	-	16	16	-	16

23 Gestão de riscos

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado;

A Administração da Companhia tem a responsabilidade de estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco. A Administração é responsável pelo acompanhamento de gerenciamento de risco.

A Companhia através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

a. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia.

Os instrumentos financeiros tidos pela Companhia são representados substancialmente por instrumentos financeiros emitidos por grandes bancos, tais como Itaú. Desta forma, a Companhia entende que para esses, não há risco de crédito, dado o rating que tais instituições possuem no mercado nacional.

Já o contas a receber são representados, substancialmente, pelos valores oriundos de aluguéis a receber que decorrem das atividades de locação de espaços da Companhia, cujo a exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente.

Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito da sua base de clientes, incluindo o risco de não pagamento da indústria e do país no qual o cliente opera. A Companhia entende que o valor contábil desses recebíveis representa a exposição máxima do crédito, uma vez que tais valores levam em consideração a política da Companhia de provisionamento, uma vez que cada novo cliente é analisado individualmente quanto à sua condição financeira antes da locação do espaço.

b. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação.

A Companhia busca manter o nível de seu “Caixa e equivalentes de caixa” em um montante superior às saídas de caixa para liquidação de passivos financeiros para os próximos 60 dias.

c. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

(i) Risco de taxa de juros

As flutuações das taxas de juros, como por exemplo, o CDI/Selic e o IGP-M, podem afetar positivamente ou adversamente as demonstrações financeiras da Companhia, em decorrência do aumento ou redução nos saldos de seus instrumentos financeiros.

A Companhia preparou uma análise de sensibilidade para demonstrar os impactos das variações nas taxas de juros das aplicações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2022, esse estudo tem como cenário provável as projeções para 2023, conforme segue: (i) a taxa CDI/Selic em 12,75% a.a., Com base na projeção do Banco Central do Brasil, obtida pelo Relatório de Mercado Focus – Bacen, de 03/03/2023.

A Administração da Companhia efetuou análise de sensibilidade para um cenário de 12 meses. Foram considerados decréscimos ativos de 25% e 50%, conforme abaixo e a análise assume que todas as outras variáveis permaneceriam constantes.

Em 31 de dezembro de 2023 a companhia não tinha saldo na conta de aplicação financeiras.

		31 de dezembro de 2022			
Indexador		-	25	50	
CDI/Selic		12,75%	9,56%	6,37%	
		<u>Saldo Líquido em 31/12/2022</u>	<u>Cenário provável</u>	<u>Decréscimo de 25</u>	<u>Decréscimo de 50</u>
Ativos		Expectativa de Receitas Financeiras - 12 meses			
Aplicação financeira	CDI/Selic	<u>640</u>	<u>82</u>	<u>61</u>	<u>41</u>

24 Outras informações

a. Cobertura de seguros

A Companhia mantém seguros, segundo a cobertura contratada, considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ ou responsabilidades.

As premissas adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras e, conseqüentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

25 Eventos subsequentes

A administração não identificou eventos subsequentes ocorridos após 31 de dezembro de 2022 a serem divulgados nessas demonstrações financeiras.